

OS OBSTÁCULOS DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MOREIRA, Rubia Fernanda Alves

DIAS, Quêzia

RESUMO

Compreender a aprendizagem é um desafio para alguns discentes, e diante disso a educação inclusiva é um dos maiores desafios dos profissionais de psicopedagogia, que buscam compreender esses obstáculos no ensino aprendizagem desses alunos. Alguns docentes veem a atuação do psicopedagogo como um autor de mudanças radicais, que irá mudar toda sua forma de ensinar, e isso acaba sendo um obstáculo para o psicopedagogo, cujo intuito principal é somar as habilidades de todos envolvidos na equipe pedagógica da instituição escolar, visando o desenvolvimento do discente. Trazendo os obstáculos que o psicopedagogo enfrenta na educação inclusiva como principal questionamento deste presente estudo, as pesquisas realizadas através de revisão bibliográfica demonstraram que as Políticas Públicas atuam de forma eficaz para alguns casos, onde os discentes são diagnosticados com alguma patologia, o psicopedagogo atua como um auxiliador nas tarefas escolares diárias, mas nem todos os alunos são contemplados com esse diagnóstico, e mesmo assim há outros que possuem a mesma dificuldade. Também foi pontuado no presente estudo a importância da formação docente continuada, que visa trazer aos professores novos aprendizados sobre os perfis diferenciados de discentes presentes em uma sala de aula as metodologias que podem ser inseridas de maneiras lúdicas na educação inclusiva.

Palavras-Chave: Psicopedagogia. Docente. Discente. Educação.

ABSTRACT

Understanding learning is a challenge for some students, and in view of this, inclusive education is one of the biggest challenges for psychopedagogy professionals, who seek to understand these obstacles in the teaching and learning of these students. Some teachers see the role of the psychopedagogue as an author of radical changes, which will change their entire way of teaching, and this ends up being an obstacle for the psychopedagogue, whose main purpose is to add the skills of everyone involved in the pedagogical team of the school institution, aiming at the development of the student. Bringing the obstacles that the educational psychologist faces in inclusive education as the main question of this study, the research carried out through a literature review showed that the Public Policies work effectively in some cases, where students are diagnosed with some pathology, the educational psychologist acts as a helper in daily school tasks, but not all students are covered with this diagnosis, and even so there are

others who have the same difficulty. The importance of continuing teacher education was also highlighted in this study, which aims to bring teachers new learning about the differentiated profiles of students present in a classroom and methodologies that can be inserted in playful ways in inclusive education.

Keywords: Psychopedagogy. Teacher. Student. Education.

1- INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma estratégia educacional que depende de várias ações para ser concretizada, onde tais atividades devem ser realizadas através de políticas públicas, estratégias pedagógicas, gestão escolar e participação das famílias dos discentes (ROMANOWSKI, 2010). O psicopedagogo atua diretamente a esse processo de ações, já que de acordo com Fernandez (1987), tal profissional não deve ter sua atuação limitada apenas a um consultório, e sim deve atuar de forma ampla, em escolas e hospitais. A preocupação com a inclusão de portadores de deficiências surgiu em meados do século XIX, onde os professores se depararam com alunos de diferentes perfis, mas era necessário encontrar meios diferenciados de trabalhar com eles, então a educação inclusiva deveria se tornar uma realidade (CAVALCANTE, 2004).

Diante das percepções dos últimos anos, surgiu um questionamento referente à evolução educacional dos alunos, que chegam ao Ensino Fundamental II não alfabetizados. Partindo desse pressuposto, as Políticas Públicas visam oferecer atividades diferenciadas em benefício da sociedade, e na educação foi pautada a opção de formação docente continuada na alfabetização, principalmente quando o assunto “Educação Especial” é tratado de acordo com o princípio da igualdade de condições, onde o acesso e permanência na escola devem ser iguais para todos os alunos. Essa estratégia de formação continuada para os docentes deve apresentar uma visão ampla de ensino, onde todo aprendizado e experiência que já existe, será aperfeiçoado e capacitado, tendo em vista a ferramenta principal instituída pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o acolhimento, capaz de enfrentar os obstáculos que discentes especiais encontram no aprendizado (SHEIBE, 2003).

A BNCC prenuncia que o discente deve ter a habilidade de ler e escrever, reconhecendo já alguns gêneros literários até o final do 2º ano do Ensino Fundamental I. Tais leis e diretrizes instituídas pela BNCC levantam vários questionamentos e preocupações nos docentes, que se deparam diariamente com alunos de diversos perfis, onde a metodologia aplicada em sala de aula não serve para todos, fazendo com que o professor crie estratégias diferentes para igualar os alunos ao mesmo nível. A formação continuada em educação especial compreende em docentes especializados, cujos cursos podem ser; licenciatura em educação especial, pedagogia com habilitação em educação especial ou pós-graduação em educação especial ou áreas afins. Diante disso, é necessário questionar acerca da educação continuada para aqueles professores que já possuem uma formação, como estratégia de desenvolvimento para o discente portador de necessidades especiais.

O profissional de psicopedagogia trabalha conjuntamente com os docentes, auxiliando no planejamento de aulas e aplicação das mesmas, como também na observação do desenvolvimento do discente. A área de psicopedagogia vem crescendo nos últimos anos e suas atuações também, ainda mais com a crescente demanda educacional, que trabalha com diversos tipos de alunos, que necessitam de uma atenção diferenciada. Com base nessa temática, quais são os obstáculos do psicopedagogo na educação inclusiva, uma área que requer um trabalho minucioso e com olhar sensível as ações do discente?

O processo de ensino aprendizagem não pode ser tratado como uma única responsabilidade dotada ao professor, e sim também ao psicopedagogo, buscando trazer ao discente os melhores meios de aprendizagem. Mesmo estando em uma sociedade contemporânea, as lacunas do ensino aprendizagem para portadores de deficiências ainda são presentes, dificultando o acesso igualitário aos mesmos. Portanto, é necessário questionar com relação aos defeitos no sistema atual de ensino mediante a educação inclusiva, já que toda instituição educacional deve seguir o princípio de igualdade instituído pela legislação vigente no país (BRASIL, 1988).

O presente estudo tem por objetivo principal, identificar a formação docente continuada na modalidade em educação especial como estratégia para um melhor desenvolvimento do discente na alfabetização. Também foi necessário identificar que a

qualificação dos profissionais interfere diretamente na evolução do discente com necessidades especiais, tornando-os mais empáticos, respeitosos, sociáveis e compreensíveis.

O presente trabalho servirá de apoio para docentes e profissionais da psicopedagogia que buscam entender a dificuldade que a educação inclusiva ainda enfrenta, além do mais com relação à compreensão do fazer pedagógico e a importância que tais ações desencadeiam na evolução educacional do discente.

METODOLOGIA

Se tratando de uma forma de organização e discussão sob o assunto de pesquisa, o presente trabalho foi elaborado através de revisão de literatura, onde Ingram et al. (2006), prediz que tal metodologia não pode ser caracterizada como uma sumarização, já que ela é organizada em maneira pautada, sobrepondo os tópicos de extrema importância para elaboração do trabalho.

A revisão de literatura visa dar evidências para dar suporte as informações coletadas em diversos meios de conhecimento, que são livros, artigos acadêmicos, textos em sites e outros locais que são fontes de pesquisas. Greenhalgh (1997, p. 672) define esse tipo de metodologia como “uma síntese de estudos primários que contém objetivos, materiais e métodos claramente explicitados e que foi conduzida de acordo com uma metodologia clara e reprodutiva.”

Foram incluídos todos os artigos e periódicos que abordavam assuntos relacionados à educação inclusiva, bem como seu início de atuação e também como é tratado nos dias de hoje, através de Políticas Públicas. Em conjunto a este tema, a Psicopedagogia e a Formação Docente Continuada foram tópicos importantes relacionados diretamente a educação inclusiva. Também foi essencial tomar como base de informações, conceitos de Paulo Freire, que trata exclusivamente do ensino aprendizagem, principalmente da forma de como o docente deve atuar com o aluno.

1- POLÍTICAS PÚBLICAS

A sociedade vê a política brasileira como algo burocrático, que diante deste conceito faz com que o povo busque seus direitos sociais, e a educação é um deles. Na Constituição Brasileira vigente, todos têm o direito a uma educação de qualidade, que segundo Bobbio (2004), o direito transpõe normas e obrigações. Partindo deste conceito, a Política Pública tem por obrigação visualizar as necessidades do povo, de forma geral, e elaborar ações a benefício da sociedade. O direito a educação é considerado um dos mais importantes, pois segundo Monteiro (2003), ele é indispensável para a vida humana.

O direito à educação é o mais importante, com a única exceção do direito à vida, fonte de todos os direitos do homem. O direito à educação é uma condição prévia ao verdadeiro gozo de quase todos os direitos do homem por uma pessoa individual. Este direito é uma pedra angular de todos os direitos do homem, pois, se uma pessoa não é corretamente educada, ele ou ela é incapaz de gozar verdadeiramente os outros direitos do homem. Em consequência, a realização do direito à educação é a tarefa mais elevada que se impõe, tanto a cada indivíduo como ao Estado em que esse indivíduo vive. (Monteiro, 2003, p.766 apud Przetacnik, 1985, p.257)

As Políticas Públicas devem ter por finalidade o alcance a todos, portanto as atividades voltadas para a educação não atingem somente crianças e adolescentes, mais também os adultos. As ações, projetos e atividades feitas através das Políticas Públicas Educacionais priorizam o objetivo de igualar todos, independentemente da cultura ou fator econômico, se baseando numa cidadania de qualidade (GIRON, 2008).

Se tratando de Política Pública Educacional, na década de 90, o Programa de Educação para Todos foi instuído com o objetivo de levar para o máximo de pessoas uma educação de qualidade, que segundo Melo (2003), foi uma ação em prol da diminuição da pobreza, viabilizando levar aos indivíduos de renda baixa o acesso à educação, para que futuramente esses discentes fossem profissionais capacitados.

A BNCC é uma ideia continuada do Programa de Educação para Todos, pois também viabiliza fortalecer a equidade, ou seja, diminuir a desigualdade social unindo todos através de uma educação de qualidade. Dentre as competências que os

discentes devem desenvolver propostas pela BNCC, a comunicação já começa a ser desenvolvida na fase da alfabetização, e pode ser caracterizada como:

[...] explicar por meio de diferentes linguagens, fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais, valorizando a diversidade de saberes e vivências culturais; argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam os direitos humanos, o acesso e a participação de todos sem discriminação de qualquer natureza e a consciência socioambiental (BRASIL, 2017, p. 6)

O docente sempre está em processo de formação, e defronte as diretrizes propostas pela BNCC, onde o professor tem a responsabilidade de elaborar metodologias diferenciadas e ao mesmo tempo se habituar aos diferentes espaços escolares, se depara com desafios constantes. (TARDIF, 2002)

2- FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Nas salas de aulas, os docentes se deparam com alunos de perfis diferentes, que leva então a pensar que a cada um deve ser aplicada uma metodologia diferente de ensino-aprendizagem, já que cada criança é diferente, e sendo assim, a absorção de conhecimento é tomada e forma diferenciada. Pra Ferreira (2001), a alfabetização inicial é uma atribuição entre a relação da metodologia e a maturidade da criança. Partindo desse pressuposto, os docentes devem ter um olhar sensível com relação ao perfil do aluno, e observá-lo com relação à evolução na escola. Dessa forma, deve-se levar em consideração a capacidade do docente em fazer tantas tarefas num limitado tempo, tendo a concepção que sua atuação para com o discente, é de extrema importância e indispensável para o futuro do mesmo.

Antes a alfabetização era pensada e aplicada através de métodos analíticos e sintéticos, com diretrizes previamente estabelecidas e oferecidas a todo tipo de aluno, ou seja, era aplicada de uma forma geral. Dentro desses métodos havia também o letramento, onde as palavras aprendidas pelas crianças deveriam estar associadas ao cotidiano delas. Como a sociedade foi se modificando, a necessidade de formar indivíduos pensantes se tornou algo necessário, pois a criança deveria aprender lidar de forma autônoma com os desafios propostos dentro e fora da sala de aula. Então

vieram os conceitos de alfabetização e letramento, e por mais que muitos pensem que os dois tem a mesma finalidade, segundo Soares (2000), uma pessoa pode ser considerada alfabetizada, mas não letrada! Isso porque o letramento vai além da leitura e escrita, que são ensinadas na alfabetização. Ser uma pessoa letrada significa a obtenção da habilidade de exercer a leitura e escrita no meio social, ou seja, pratica os conhecimentos adquiridos na alfabetização.

A importância da inclusão educacional em contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidade educacionais especiais, a educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. Todos os alunos saem ganhando ao receber uma metodologia de ensino individualizado e ao depor de mais recursos na educação inclusiva serão também obedecidos os princípios de igualdade de viver socialmente com direitos privilegiados e deveres iguais; participação ativa na interação social e observância de direitos e deveres instituídos pela sociedade.

O desempenho no ensino-aprendizagem das crianças nos anos iniciais necessita de uma estrutura educacional organizada, evitando o desencanto por parte dos docentes e discentes, que segundo Bencini (2006), o cenário de educação pública pode ser representado da seguinte forma:

Encontramos crianças do Ensino Fundamental II que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador. [...]
(BENCINI, 2006).

O cenário representado por Bencini (2006), ainda é visto nos dias atuais e leva os docentes que acreditam que a experiência é o mais importante na aplicação do ensino-aprendizagem, a serem contra a formação docente continuada, pois os desafios traçados dentro de um ambiente escolar são enfrentados com experiência e não com teoria. Segundo Romanowski (2010), antigamente os professores dos anos iniciais não tinham formação adequada para exercer suas devidas funções, mas mesmo assim exerciam suas profissões e passavam conhecimento através de suas experiências.

Com o passar dos anos foi visto a necessidade de capacitar esses docentes, e assim começou um processo longo de implantação de instituições de ensino com o objetivo de formar professores e em 1939 foi criado o curso de Pedagogia, onde o Estado tinha por maior preocupação o ensino primário, que deveria ser de qualidade e formado por docentes qualificados e capacitados. (CASTRO, 2002)

Ao dissertar acerca de educação inclusiva, formação continuada docente e psicopedagogia, é essencial abordar sobre os conceitos de Freire (1970), onde o mesmo atuava com todos seus alunos, se utilizando de um método que consistia em três etapas, que são elas:

- Investigação: nessa etapa a vida do aluno que vai determinar o ponto inicial do estudo, pois é importante saber a biografia desse discente, de maneira que aprenderá vocabulário próprio do meio em que vive.
- Tematização: a partir do conhecimento do vocabulário existente na vida do discente, parte-se para etapa de aprofundamento, ligando a experiência de vida ao mundo social, fazendo com que o aluno seja um ser pensante e tenha consciência sobre a sociedade em geral e onde se encontra inserido.
- Problematização: a partir do momento em que o discente consegue pensar, ele conseguirá questionar. Então o que antes apenas era ensino como conceito geral, a partir daqui é criada uma visão crítica da sociedade como um todo, abrangendo não só o país, mas o mundo.

Segundo Freire (1970, p.54) “Nenhuma pedagogia que seja verdadeiramente libertadora pode permanecer distante do oprimido, tratando-os como infelizes e apresentando-os aos seus modelos de emulação entre os opressores. Os oprimidos devem ser o seu próprio exemplo na luta pela sua redenção.” Mesmo se tratando de um tempo onde a educação inclusiva não era um tema de constante discussão entre os pedagogos, os ensinamentos de Freire eram voltados para todo tipo de discente, principalmente aqueles que a sociedade não acreditava que evoluiria, pois as dificuldades eram maiores do que as possibilidades de desenvolvimento.

3- EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na educação inclusiva, o assunto de educação continuada deve ser associada a inserção da psicopedagogia ao ambiente escolar. A avaliação comportamental feita por um psicopedagogo serve como base de intervenção, que envolve um conjunto de programas de treino, inseridos com a finalidade de aumentar os comportamentos adaptativos e diminuir os comportamentos que interferem com os mesmos, onde geralmente são comportamentos sociais indesejáveis no contexto escolar.

A metodologia de “aprender e aprender” aplicada antigamente pelos docentes, segundo Duarte (2006), não pode ser caracterizada como uma aplicabilidade correta da pedagogia, visto que as diretrizes da BNCC predizem que o aluno deve ter uma formação do seguinte modo:

[...] exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas (BRASIL, 2017, p. 5).

A Educação Básica é formada pela Educação Infantil, que são os primeiros anos de escola, o Ensino Fundamental (2º ao 9º ano) e o Ensino Médio (1ª a 3ª série). Dentro dessas etapas existem as modalidades que são:

- Educação Especial – presente cada vez mais no cotidiano das escolas e aborda muitas discussões sobre como lidar com esses tipos de discentes.
- Educação Escolar Indígena – é um grupo social que a BNCC busca cada vez mais igualar aos demais dentro da sociedade.
- Educação Escolar Quilombola – é um grupo social que se almeja a captação para uma educação igualitária.
- Educação para Jovens e Adultos – é o grupo das pessoas que antes não tiveram a oportunidade de estudar por diversos motivos, mas o principal foi em questão do trabalho precoce para sustento de família. Tal fato originou o alto índice de analfabetismo no país.
- Educação do Campo – são pessoas que possuem difícil acesso as escolas, devido às moradias no campo, que por sua vez são distantes dos centros das

idades. Mas atualmente existem muito projetos que beneficiam essas pessoas, onde os profissionais se atentam as normas e preceitos da BNCC, levando o conhecimento e desenvolvimento de competências a essas pessoas.

- Educação Profissional – são os cursos técnicos, que podem ser feitos juntamente com o Ensino Médio e são frutos das competências formadas pelos discentes.

Os profissionais que trabalham em torno das diretrizes da BNCC defendem a ideia da educação ser a base, e entendem que o docente é o meio de compartilhamento de informações, sejam elas de diversas fontes. A Resolução CNE/CP nº1/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam em suas grades curriculares nos cursos de educação, garantir conhecimentos considerando a diversidade e, em especial, que incorporasse conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades especiais. A meta da formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação, na perspectiva da inclusão, se fortalece destacando tanto o professor especializado quanto o professor de sala de aula comum. As prescrições apontam que, para atuar na educação especial o professor deve gozar das seguintes características:

[...] professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (Brasil 2008).

A formação continuada em serviço é uma forma de instrumentalizar a brincadeira para os discentes com necessidades especiais, partindo-se de suas reais necessidades, permitindo-lhe aplicar estratégias e recursos específicos para um bom desenvolvimento, tendo em mente que será de forma gradativa, bem como estruturar um projeto pedagógico individualizado, para que as crianças brinquem para facilitar as

atividades lúdicas vivenciadas no período escolar, funcionando como engajamento para todos os alunos presentes (SANT'ANNA; VOSGERAU; MANZINI, 2013; SILVA, 2007).

Um estudo realizado por San't Anna e Manzini (2018), o desconhecimento do professor, em relação à competência e às necessidades dos seus alunos da educação especial, comprometera a elaboração dos planos de aula e a utilização de recursos para mediar às ações das crianças nas atividades, não importando o local, dentro ou fora da sala, dificultando o envolvimento das crianças que, muitas vezes, evadiam-se de sua turma escolar e adquiriam comportamentos inadequados. No mesmo estudo foi evidenciada a dificuldade dos professores definirem uma estratégia para trabalharem com esses tipos de alunos, dificultando assim o ensino-aprendizagem dos mesmos.

É pontuado que para um docente trabalhar com educação especial, segundo Brasil (2009) deva ter as seguintes atribuições:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 3).

De acordo com Bourdieu (1996), as escolas e as salas de aulas são denominadas como campos que representam uma força simbólica carregada de interesses, culturas e práticas diferenciadas. Portanto o docente não pode ficar preso a uma única formação, sendo que vai atuar em diferentes lugares, com grupos sociais distintos, e consequentemente deverá ampliar seu conhecimento para aprender e se adaptar ao meio em que está inserido. E dentro da sociedade brasileira as mudanças são constantes, pois são encontrados inúmeros desafios diários, onde os planejamentos pedagógicos são modificados, tentando sempre manter a linha de raciocínio principal

da BNCC, que basicamente é oferecer de forma igualitária a mesma educação para todos.

4.1 A atuação da Psicopedagogia.

A psicopedagogia atua de duas formas; preventiva e terapêutica. Diante do presente estudo, o cenário em questão, é o ambiente escolar, onde o psicopedagogo irá atuar na reformulação de práticas pedagógicas. É importante salientar, que a atuação desse profissional não é uma invasão as metodologias já empregadas pelos docentes presentes. O psicopedagogo deve ser recebido como um “adicional” ao trabalho feito com os discentes.

A atuação do psicopedagogo se desenvolve em todas as ações oferecidas no ambiente escolar, trabalhando juntamente com a equipe pedagógica da instituição para o progresso das aprendizagens, oferecendo melhorias para os processos de ensino aprendizagem propostos em sala de aula. Segundo Pontes (2010), a psicopedagogia atua em duas etapas na educação inclusiva, que são elas:

1ª Etapa: Diagnósticos nas entrelinhas dos processos, que são os de interação e currículos também. Nesta etapa, o psicopedagogo irá conhecer a equipe pedagógica e os discentes daquela instituição.

2ª Etapa: Intervenção, de uma forma sistemática, interagindo com os docentes, acrescentando metodologias diferenciadas e sempre tendo um olhar sensível ao espaço, as raízes sociais do discente, bem como os vínculos sociais que o mesmo tem.

A Psicopedagogia é a união da psicologia e pedagogia, que busca compreender o processo de ensino aprendizagem em diversas instituições, não só as escolares, cujo objeto do presente estudo, mas também em hospitais e outros locais. Perante as etapas descritas no parágrafo anterior, o psicopedagogo vai agir perante as dificuldades que o processo de ensino aprendizagem apresenta. Um estudo feito por Tiradentes e Ribeiro (2017), destacou que nas escolas estaduais de Goiás, os alunos que obtivera um laudo médico especificando o transtorno ou déficit, teriam o direito de serem acompanhados por um auxiliar pedagógico em sala de aula, o mesmo seria o

psicopedagogo. É claro que se tratando de educação inclusiva, os discentes, na maioria das vezes, apresentam laudos médicos, mas o autor destaca que outros alunos enfrentavam obstáculos na vida escolar, em detrimento a uma desordem familiar, cultural ou até mesmo uma deficiência que ainda não fora diagnosticada.

Em escolas estaduais e municipais, a psicopedagogia ainda é pouco inserida no ensino aprendizagem dos discentes, e tal desafio é vivenciado por diversos profissionais, até mesmo docentes que sentem a falta de um profissional dessa área específica atuando como um auxiliador na formação educacional dos alunos. Problemas sociais e políticos interferem diretamente na atuação da psicopedagogia nesses tipos de instituições, fora que quando há atuação desse profissional, há poucos recursos para ser inseridos nos planos de ensino aprendizagem. Sendo assim, o psicopedagogo ajuda os discentes nas realizações das atividades escolares, facilitando a assimilação do conteúdo e também fazendo com que o aluno acompanhe a turma, mas seguindo o seu ritmo próprio.

A Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP), criada em 12 de novembro de 1980, traz em seu Código de Ética (2011), a definição dos objetivos do psicopedagogo, que são apresentados no Artigo 3º:

- a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- c) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem. (ABPP, 2011).

CONCLUSÃO

A Psicopedagogia mudou conceitos de ensino aprendizagem e reinventou ações didáticas, que diante de alguns docentes, não é visto de uma maneira inclusiva, e isso dificulta a ação do psicopedagogo dentro de um ambiente escolar. Mas olhando como um todo, o trabalho desse profissional é agregar o discente a aprendizagem de uma

forma humana, onde há mais falta de interesse por não conseguir desenvolver como os demais colegas de classe.

Os docentes devem se atentar a realidade dos discentes, que atualmente questionam muito o papel da escola e acabam nomeando as instituições de ensino como algo monótono e obrigatório, e deixam de lado a possibilidade de ter a visão de uma escola de oportunidades, onde priorizará as capacidades humanas como algo importante que mereça atenção, onde futuramente servirá de preparo profissional e facilitará os futuros estudos. Assim sendo, o docente deve levar em consideração a crítica reflexiva sob seu trabalho, se atentando num ponto de vista avaliativo, tendo a percepção da necessidade de aprimorar seus métodos de ensino, pois a cada ano é evidente a chegada de novos alunos com perfis diferentes. A Educação Especial traz consigo uma gama de discentes com jeitos e trejeitos diferenciados, assim como suas capacidades e necessidades.

O docente é considerado como um veículo de informações, mais também é associado a um ser político, isso porque impõe regras e disciplina aos seus alunos, assim como as diretrizes impostas pela BNCC, pois tal documento foi criado com base na Constituição Brasileira vigente, de acordo com todas as leis e artigos que discorrem sobre a educação. Agindo em conjunto com essas diretrizes, o docente deve se atentar a todos os tipos de formação continuada e não apenas focar em um só método, pois o objetivo principal de um professor é despertar uma competência no aluno e objetivar nele o desenvolver da mesma, garantindo a melhor formação integral.

Existem ações políticas bem avançadas nos objetivo de garantir acesso e a permanência, em êxito, das crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil (creche e pré-escola) da rede regular de ensino, organizar e redimensionar os programas de estimulação precoce e das classes pré-escolares pertencentes às instituições de educação especial. Apoiar o processo de transição dos alunos atendidos anteriormente nos centros de educação especial para a rede regular de ensino, por meio de ações integradas de apoio à inclusão.

O psicopedagogo irá atuar de forma complementar ao trabalho do docente que deverá entender a importância desse trabalho inserido no ambiente escolar. Uma das áreas de aplicação mais desenvolvidas é o treino de competências de diversa natureza

para crianças em risco, ou seja, crianças com problemas de deficiências intelectuais, físicas ou sociais, mediante as técnicas de modificação do comportamento.

REFERÊNCIAS

BENCINI, Roberta; MORAES, Trajano de; MINAMI, Thiago. **O desafio da qualidade não dá mais para esperar: ou o Brasil coloca a Educação no topo das prioridades ou estará condenado ao subdesenvolvimento. A boa notícia é que a situação tem jeito se a sociedade agir já.** Nova Escola. Ano XXI. N.1996. Out. de 2006.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC.** Brasília, Distrito Federal, 2017.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – Brasil, 2017.

_____. Resolução n. 04, de 02 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial.** Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2009.

_____. **Código de Ética do Psicopedagogo.** Aprovado em Assembleia Geral em 5 nov. 2011.

CAVALCANTE, A. V. **O preconceito da deficiência no processo de inclusão escola. Dissertação de Mestrado.** Faculdade de Educação: Universidade de Brasília, 2004

CASTRO, Michele Guedes Brendel de; **Uma retrospectiva da formação de professores:** história e questionamentos. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/uma_retrosp ec_form_prof.pdf> Acesso em 20.jul.2021.

Fernández A. **La inteligencia aprisionada.** Buenos Aires:Nueva Visión;1987
GATTI, B. Formação de professores e profissionalização: contribuições dos estudos publicados na Rbep entre 1998 e 2011. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.93, n.234, p.423-442, mai./ago. 2012.

GIRON, Graziela Rossetto. **Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania.** Revista de Educação. PUC - Campinas. Campinas. n.24. jun. 2008.

GREENHALGH, T. **Papers that summarize other papers (systematic review and meta-analyses)**. British Medical Journal, London, v. 315, n. 7109, p. 672-675, Sep. 1997.

INGRAM, L.; HUSSEY, J.; TIGANI, M.; HEMMELGARN, M. **Writing a literature review and using a synthesis matrix**. Disponível em: <http://www.ncsu.edu/tutorial_center/writespeak> Acesso em: 29.out.2021.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A de. **Metodologia científica**, São Paulo: Atlas, 2000.

MELO, A. A. S de. **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e educação no Brasil e na Venezuela**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MONTEIRO, A. R. **O pão do direito à educação**. Educação Social, Campinas, vol.24, n.84,p.763-789, setembro 2003.

OLIVEIRA, A. A. S. Inclusão escolar e formação de professores: o embate entre o geral e o específico. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

PONTES, Idalina Amélia Mota. **Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim**. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 27, n. 84, p. 417-427, 2010.

ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O. **Formação continuada: contribuições para o desenvolvimento profissional dos professores**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 30, p. 285-300, maio/ago. 2010.

SANT' ANNA, M. M. M; MANZINI, E. J. **Identificação de Necessidades Iniciais para Formação Continuada de Professores da Educação Infantil para o Público-alvo da Educação Especial**. Rev. Educação Especial em Debate, v. 2, n. 5, p. 29-45, 2018.

SCHEIBE, L. Políticas para a formação dos profissionais da educação neste início de século: análises e perspectivas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Poços de Caldas. Anais, Poços de Caldas, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002
VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado?. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). Práticas de Leitura e Escrita. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

TIRADENTES, C. P; RIBEIRO, J. C. **A influência da Psicopedagogia na Prática Docente**, v.9 n.3, p. 57- 67,Inhumas, 2017.

VIANA, K. S. R. T. **A formação continuada de professores através do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Pnaic e sua contribuição para prática pedagógica docente.** Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Asunción- UAA, V.4, N.1, 2017.